vinetur

Reino Unido chega a acordo preliminar com a UE para eliminar controlos pós-Brexit no comércio alimentar

Segundo responsáveis, o plano, em fase final antes da cimeira de 20 de novembro, poderá acrescentar 5,1 mil milhões de libras por ano à economia

quarta-feira, 4 de novembro de 2026



O Reino Unido e a União Europeia chegaram a um projeto de acordo para facilitar o comércio de alimentos e bebidas, que se encontra na fase final antes da cimeira UE-Reino Unido de 20 de novembro, segundo a ITV News. Os responsáveis britânicos acreditam que a medida poderá acrescentar até 5,1 mil milhões de libras por ano à economia.

A notícia, publicada na terça-feira, 3 de novembro, indicou que responsáveis em Londres e Bruxelas tinham acordado um projeto de texto para harmonizar as regras comerciais britânicas e da UE aplicáveis aos alimentos e às bebidas. O Governo considera que um acordo deste tipo poderá apoiar o emprego e reduzir a burocracia para agricultores e empresas em todo o país.

Um porta-voz do Governo não confirmou diretamente a existência do projeto, mas afirmou que o Executivo procurava estreitar relações com o bloco. «Estamos a construir uma relação ambiciosa e próxima com a UE, que irá fortalecer a nossa economia, proteger a indústria britânica e criar mais oportunidades para os jovens em todo o Reino Unido», declarou.

A iniciativa proposta representaria um dos esforços mais significativos desde o Brexit para reduzir os entraves ao comércio agroalimentar entre o Reino Unido e a UE. Ao abrigo das regras atuais, as exportações britânicas, incluindo laticínios, peixe, ovos e carne vermelha, estão sujeitas a controlos documentais a 100% e a inspeções físicas que podem abranger até 30% das remessas. Segundo a ITV News, o projeto de acordo poderá eliminar totalmente esses controlos.

Os controlos por amostragem também poderão ser eliminados. Nesses controlos, as autoridades recolhem amostras das remessas de alimentos e bebidas para testar a segurança, a qualidade e o cumprimento da legislação. A medida pode aumentar substancialmente os custos do comércio. A ITV News noticiou que a amostragem pode acrescentar cerca de 1 200 libras a uma remessa de queijo, 1 400 libras a uma carga de salmão, 440 libras a uma carga de maçãs e 1 200 libras a uma remessa de carne de bovino.

A proposta poderá também reabrir partes do mercado da UE que estão fechadas a determinados produtos britânicos desde o Brexit. Segundo a ITV News, poderá ser retomado o comércio de produtos como salsichas frescas e hambúrgueres, alguns mariscos provenientes de águas nacionais e batata-semente.

No setor das bebidas, qualquer redução dos controlos fronteiriços e da burocracia poderá ter efeitos mais abrangentes do que apenas nas exportações agrícolas. A circulação mais fácil de alimentos e bebidas poderá reduzir os custos de abastecimento de restaurantes, pubs, bares e retalhistas, bem como alterar as condições regulamentares aplicáveis ao comércio de vinho, cerveja, bebidas espirituosas e outras bebidas entre o Reino Unido e a UE, embora o impacto comercial concreto dependa dos termos finais.

Segundo a notícia, o primeiro-ministro Andy Burnham procura também alcançar acordos sobre o comércio de licenças de emissão e um programa de mobilidade juvenil na cimeira de 20 de novembro, o que sugere que os alimentos e as bebidas poderão integrar uma redefinição mais ampla das relações entre o Reino Unido e a UE.

O acordo proposto sobre alimentos e bebidas teria também efeitos práticos para os viajantes. A ITV News noticiou que, em vez de exigirem um certificado sanitário animal separado para cada viagem, os donos de animais de companhia poderiam obter um passaporte para animais válido para várias viagens à UE.

Os grupos empresariais reagiram à possibilidade de um acordo com cautela, mas de forma positiva. A British Chambers of Commerce afirmou que os contornos finais do entendimento continuavam incertos, mas elogiou Burnham por ter iniciado um debate sobre a relação do país com a UE a longo prazo.

Shevaun Haviland, diretora-geral da organização, afirmou que o Governo precisava agora de promover um debate abrangente, assente em provas sólidas e nas opiniões das empresas. Disse que as empresas se tinham adaptado ao Brexit, mas continuavam a suportar os custos da papelada, dos atrasos e da duplicação de procedimentos burocráticos.

O projeto de acordo já suscitou reações políticas tanto de apoiantes como de críticos de uma maior aproximação à UE. Dr. Al Pinkerton, porta-voz dos Liberal Democrats para os assuntos europeus, afirmou que era mais do que tempo de eliminar o que designou como burocracia do Brexit para os exportadores de alimentos. Defendeu que as barreiras comerciais tinham prejudicado agricultores e empresas e contribuído para preços mais elevados e menor escolha para os consumidores, acrescentando que o acordo noticiado continuaria, ainda assim, longe de reparar plenamente as relações comerciais após o Brexit.

O Reform UK assumiu a posição oposta. Richard Tice afirmou que uma das principais vantagens do Brexit era o facto de o Reino Unido já não ter de seguir as regras, normas e regulamentos da UE. Alertou que uma nova aproximação regulamentar à Europa prejudicaria a competitividade e reduziria o controlo do país sobre a política comercial, podendo pôr em risco outros acordos comerciais.

O debate político centra-se numa questão mais ampla que tem marcado a política comercial britânica desde o Brexit: se a redução dos entraves com a UE, o maior mercado próximo do Reino Unido, justifica aceitar algum grau de alinhamento regulamentar. Os defensores do acordo noticiado argumentam que o sistema atual impõe custos evitáveis aos exportadores e aos consumidores. Os críticos sustentam que qualquer regresso a regras comuns reduziria a liberdade que o Reino Unido conquistou ao sair do bloco.

Se o projeto resistir à fase final das negociações, o acordo poderá aliviar de imediato alguns setores da cadeia de abastecimento alimentar, que têm enfrentado atrasos repetidos, custos de conformidade mais elevados e perda de acesso aos mercados. Poderá também afetar grossistas e distribuidores que transportam alimentos e bebidas através do Canal da Mancha, sobretudo as empresas ligadas à hotelaria e restauração e ao abastecimento de produtos alimentares.

Até terça-feira, 3 de novembro, não tinha sido publicado o texto integral do projeto, e o Governo não tinha divulgado publicamente disposições jurídicas detalhadas. Ficam, assim, por esclarecer questões importantes: até que ponto o Reino Unido se alinharia com as regras da UE, como seriam tratados os litígios e se o acordo abrangeria toda a

gama de alimentos e bebidas comercializados entre as duas partes.

É provável que estes pormenores determinem tanto o valor económico do acordo como a reação política que suscitará antes do encontro dos líderes, a 20 de novembro.